

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.912 - RS (2019/0217954-1)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : JAIR VIEIRA SARMENTO**  
**ADVOGADO : ANA MARIA NEVES DA SILVA - RS050826**

## **EMENTA**

**PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE VALORES DECORRENTES DE BENEFÍCIO RECONHECIDO EM JUÍZO, NA EXISTÊNCIA DE DEFERIMENTO ADMINISTRATIVO DE BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO RECONHECIDO PELO INSS. TEMA SUBMETIDO AO RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS (RESPS. NS. 1.767.789/PR E 1.803.154/RS, RELATOR MIN. HERMAN BENJAMIN). SOBRESTAMENTO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM**

## **DECISÃO**

Cinge-se a controvérsia sobre a *“Possibilidade de, em fase de cumprimento de sentença, o segurado do RGPS receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva desta última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do art. 18, §2º, da Lei n. 8.213/91.”*.

Todavia, referida questão de direito tratada no presente recurso foi afetada pela Primeira Seção desta Corte Superior de Justiça ao rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos do art. 1.036, § 5º, do CPC/2015 (REsp 1.767.789/PR e 1.803.154/RS, Rel. Min. Herman Benjamin), tendo sido determinada a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Consoante a jurisprudência desta Corte, "encontrando-se o tema afetado ao rito dos recursos repetitivos, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso especial afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015." (AgInt no AgRg nos EDcl no REsp 1.345.683/RS, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 11/10/2017).

No mesmo sentido, confirmam-se: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017; EDcl no AgInt no AgRg no REsp 1.399.836/SC, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 3/8/2017.

Ante o exposto, **determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem**, com a respectiva baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia, o apelo especial: a) tenha seguimento denegado na hipótese do acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ; ou b) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (arts. 1.039, 1.040, I e II, e 1.041 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

